



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2016

**PREV BOM JESUS – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DOS PERDÕES – SP**



Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de
Bom Jesus dos Perdões

EXERCÍCIO: 2016

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL: Lei nº 1952/2008.

LEGISLAÇÃO FEDERAL: Resolução BACEN nº. 3.922/10 e Portarias MPS nº 170/12 e nº 440/13.

GESTÃO: JOSÉ NATALINO SANTOS DE OLIVEIRA- Superintendente

MAURO DE PAIVA - Diretor Financeiro

META ATUARIAL: Indexador: IPCA

Taxa de Juros: 6,00 % a.a.

APROVAÇÃO DO ÓRGÃO SUPERIOR DE SUPERVISÃO E DELIBERAÇÃO EM REUNIÃO
REALIZADA EM 18/12/2015 CONJUNTAMENTE COM CONSELHO ADMINISTRATIVO
DE PREVIDÊNCIA E COMITÊ DE INVESTIMENTOS

DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA AOS PARTICIPANTES:

(x) Impresso (x) Meio Eletrônico (x) Quadro de Publicações



Sumário

SUMÁRIO	3
1. INTRODUÇÃO	5
2. MODELO DE GESTÃO	6
3. META ATUARIAL	6
4. ESTRUTURA DE GESTÃO DE ATIVOS	7
4.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS AGENTES FINANCEIROS	7
4.2 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	8
4.3 CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DE RATING	8
4.4 AGENTES CUSTODIANTES	9
5. ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	9
5.1 CENÁRIO MACROECONÔMICO	9
5.1.1 PERSPECTIVAS	9
5.1.2 ATUAL CONTEXTO NACIONAL	9
5.1.3 ATUAL CONTEXTO INTERNACIONAL	15
5.1.4 CENÁRIO 2015	16
6. LIMITES PARA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	19
6.1 RENDA FIXA	19
6.1.1 TÍTULOS PÚBLICOS	20
6.1.2 OPERAÇÕES COMPROMISSADAS COM TÍTULOS PÚBLICOS	20
6.1.3 FI EXCLUSIVO EM TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	20
6.1.4 FI RENDA FIXA OU REFERENCIADOS EM INDICADORES DE RENDA FIXA	20
6.1.5 FI EM INDICADORES DE RENDA FIXA	21
6.1.6 FI EM DIREITOS CREDITÓRIOS EM CONDOMÍNIO ABERTO	21
6.1.7 FI EM DIREITOS CREDITÓRIOS EM CONDOMÍNIO FECHADO	21
6.1.8 FI RF OU REFERENCIADOS EM INDICADORES DE RF CRÉDITO PRIVADO	21
6.2 RENDA VARIÁVEL	21
6.2.1 FI REFERENCIADOS EM AÇÕES	22
6.2.2 FUNDOS DE ÍNDICES REFERENCIADOS EM AÇÕES	22
6.2.3 FUNDOS DE INVESTIMENTOS MULTIMERCADOS (ABERTOS)	22
6.2.4 FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES (FIP)	22
6.2.5 FUNDO IMOBILIÁRIO	23
6.3 IMÓVEIS	23
6.4 LIMITES PARA EMISSÃO OU COBRIGAÇÃO DE UMA MESMA PESSOA JURÍDICA	23

7. CARTEIRA PREVISTA DE INVESTIMENTOS – 2015	23
7.1 MACRO ALOCAÇÃO	23
7.2 MICRO ALOCAÇÃO PROJETADA	24
7.2.1 PROJEÇÃO DE RENTABILIDADE DA MICRO ALOCAÇÃO	24
7.2.2 RESUMO DO CÁLCULO ATUARIAL	25
7.3 ENQUADRAMENTO	25
7.4 CENÁRIOS DOS RETORNOS ESPERADOS	26
8. VEDAÇÕES	26
9. CONTROLES DE RISCOS	27
9.1 RISCO DE MERCADO	27
9.2 RISCO DE LIQUIDEZ	28
9.3 RISCO DE CRÉDITO	28
9.4 RISCO DE DESCASAMENTO (ATIVO / PASSIVO)	28
10. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE APLICAÇÕES E RESGATES	29
10.1 CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO PARA APLICAÇÃO	29
10.2 CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO PARA RESGATE	29
11. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS INVESTIMENTOS	29
12. DISPOSIÇÕES GERAIS	30
12.1 VIGÊNCIA	30
12.2 REAVALIAÇÕES	30
12.3 FORMAS DE DIVULGAÇÃO	30
12.4 RESPONSABILIDADE DO GESTOR DE INVESTIMENTOS	31
12.5 DISPOSIÇÕES GERAIS	31
12.6 DELIBERAÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA	32
12.7 DELIBERAÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E COMITÊ DE INVESTIMENTOS	34



1. Introdução

O PREV BOM JESUS, foi criado através da Lei Complementar nº 1952/2008.

Atualmente reúne 647 segurados ativos, 102 aposentados e 29 pensionistas, totalizando 778 participantes.

Atendendo à legislação pertinente aos investimentos dos regimes próprio de previdência social (RPPS), em especial a Resolução CMN Nº 3922, de 26 de novembro de 2010, em seu art. 4º, o PREV BOM JESUS vem por meio de sua gestão elaborar e implantar a sua Política de Investimentos para o ano de 2016.

A versão elaborada pelo PREV BOM JESUS compreende como um instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos no decorrer do tempo e visa à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro entre os seus ativos e passivos. Desta forma, a política de investimentos do PREV BOM JESUS definirá:

- O modelo de gestão;
- A estratégia de gestão de recursos;
- Os Parâmetros de rentabilidade perseguidos;
- Os Limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica.

Destaca-se que a presente política se norteia na transparência, segurança, liquidez e rentabilidade dos ativos. Serve também, como base a todos os normativos internos do RPPS. Algumas medidas devem fundamentar a confecção de tal Política, sendo que a primeira a ser adotada para que se trabalhe com parâmetros consistentes refere-se à análise do fluxo atuarial da entidade, ou seja, o seu fluxo de caixa do passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais e as reservas matemáticas projetadas no cálculo atuarial.

Os cenários de investimentos foram traçados a partir das perspectivas para o quadro internacional, da análise do panorama político e da visão para a condução da política econômica e do comportamento das principais variáveis econômicas,

tendo como referência as projeções macroeconômicas divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

2. Modelo de Gestão

No intuito de alcançar determinada taxa de rentabilidade real para a carteira do PREV BOM JESUS, o modelo de gestão adotado é o da GESTÃO PRÓPRIA. A estratégia de investimento prevê sua diversificação, tanto no nível de classe de ativos (renda fixa, renda variável) quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos, indexadores etc.; visando, igualmente, a otimização da relação risco-retorno do montante total aplicado.

O PREV BOM JESUS poderá contratar consultoria de valores mobiliários desde que credenciada junto a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), especializada em investimentos junto aos RPPS e sem vínculo com instituição financeira, para orientação em relação ao seu portfólio, avaliação e emissão de nota técnica correlato aos seus investimentos e principais riscos ao qual está exposto.

Sempre serão considerados a preservação do capital, os níveis de risco adequados ao perfil do Instituto, a taxa esperada de retorno, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada dos ativos, traçando-se uma estratégia de investimentos, não só focada no curto e médio prazo, mas, principalmente, no longo prazo.

3. Meta Atuarial

A gestão da alocação para o exercício de 2016 entre os Segmentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do RPPS, através da superação da Taxa da Meta Atuarial (TMA), que é igual à variação do IPCA + 6,00 % a.a. calculada pelos dias úteis do mês, base aproximada de 252 dias úteis no ano, para evitar distorções com as análises e comparações de rentabilidade dos ativos que compõe a carteira. Além disso, ela complementa a alocação estratégica, fazendo as rotações táticas necessárias para adaptar a alocação de ativos às mudanças no mercado financeiro.

A definição estratégica das faixas de alocações foi feita qualitativamente, com base nas características gerais de idade média dos participantes, situação atuarial

e ainda, com base na TMA acima mencionada e na expectativa de comportamento dos ativos financeiros a longo prazo.

4. Estrutura de Gestão de Ativos

4.1 Critérios de Avaliação dos Agentes Financeiros

A escolha das instituições financeiras gestoras de recursos, via Fundos de Investimentos Financeiros abertos e das instituições intermediadoras, as quais deverão, obrigatoriamente, operar no mercado financeiro com autorização do Banco Central (BACEN) e/ou da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), deverão estar credenciado junto ao , de acordo com o Processo de habilitação para Credenciamento e Seleção de Gestores, implantada pela Diretoria Executiva em conjunto com o Conselho Municipal de Previdência e Comitê de Investimentos, tendo os seguintes critérios básicos:

Qualitativos:

- Histórico e características da empresa e dos controladores, levando em consideração a tradição e idoneidade da mesma;
- Estrutura de gestão de recursos segregada de outras áreas com atividades conflitantes;
- Fornecimento de relatórios e informações para o RPPS;
- Processo de Risk Management;
- Corpo de profissionais especializados na gestão de recursos de terceiros e turnover;
- Especialização para atuação em diversos mercados (RF e RV);
- Controle de risco interno;

Quantitativos:

- Avaliação da performance análise de rentabilidade e risco dos seus respectivos fundos;
- Total de recursos administrados;

Política de Investimento 2016

- Parcela de recursos administrados correspondentes a investidores institucionais;
- Taxas de administração propostas;

4.2 Critérios de Avaliação dos Investimentos

Os investimentos serão definidos com base na avaliação risco / retorno / liquidez no contexto do portfólio global do mercado. Para investimentos em fundos abertos de Renda Fixa, será usado preferencialmente o Índice de Mercado Andima (IMA) e seus sub índices, como parâmetro de rentabilidade e levando-se em consideração as notas técnicas emitidas pela diretoria executiva, justificando as alocações, sendo considerado a expertise e o desempenho do gestor escolhido, avaliando o seu histórico na gestão de recursos, pela Diretoria Executiva e Colegiado em suas reuniões mensais;

Para os fundos de Renda Variável, a rentabilidade dos mesmos, será avaliada pelos índices escolhidos: Ibovespa, IBrX e IBrX-50, onde também serão avaliados pela diretoria executiva em suas reuniões mensais.

4.3 Critérios de Definição de Rating

Para avaliação das instituições financeiras gestoras de recursos, fundos de investimentos financeiros abertos e das instituições intermediadoras, serão escolhidos, preferencialmente, classificados como de baixo risco de crédito, ou seja, aqueles enquadrados como "*Investment Grade*", fundamentadas em classificações de risco (*rating*) no mínimo "BBB+" conferidas preferencialmente pelas seguintes agências:

CLASSIFICAÇÃO DE RATINGS DE CRÉDITO (EMPRESAS DE RATING)

STANDARD & POORS		MOODY'S		FITCH IBCA		ATLANTIC RATING	SR RATING	GARANTIAS	RISCO	GRAU			
Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo								
A1+	AAA	P 1	Aaa	F 1+	AAA	AAA	AAA	Máxima	Quase Nulo	I			
	AA+		Aa1		AA+	AA+	AA+				Muito Fortes	Muito Baixo	N
	AA		Aa2		AA	AA	AA						
A1	AA-	P 2	Aa3	F 1	AA-	AA-	AA-	Adequadas	Módico	S			
	A+		A1		A	A	A+				Modestos	Mediano	T
	A		A2		A-	A-	A						
A2	A-	P 3	A3	F 2	BBB+	BBB+	BBB+	Traços de Default	Muito Alto	M			
	BBB+		Baa1		BBB	BBB	BBB				Default Provável	Extremo	T
	BBB		Baa2		BBB-	BBB-	BBB-						
A3	BBB-	Not Prime	Baa3	F 3	BBB-	BBB-	BBB-	Inadimplente	Perda	M			
	BB+		Ba1		BB+	BB+	BB+				Muito Alto	Extremo	T
	BB		Ba2		BB	BB	BB						
B	BB-	Not Prime	Ba3	B	BB-	BB-	BB-	Muito Alto	Extremo	T			
	B+		B1		B+	B+	B+				Muito Alto	Extremo	T
	B		B2		B	B	B						
C	CCC	Not Prime	B3	C	B-	B-	B-	Muito Alto	Extremo	T			
	CC		Ca		CC	CC (+/-)	CC				Muito Alto	Extremo	T
	C		C		C	C (+/-)	C						
D	D	Not Prime	D	D	D	D e E	D	Muito Alto	Extremo	T			
											Muito Alto	Extremo	T

4.4 Agentes Custodiantes

De acordo com o art. 17 da Resolução CMN Nº 3.922/2010, salvo para aplicações realizadas por meio de fundos de investimentos, a atividade de agente custodiante e responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e de renda variável deve ser exercida por pessoas jurídicas registradas na Comissão de Valores Mobiliários.

5. Estratégia de Alocação de Recursos

5.1 Cenário Macroeconômico

5.1.1 PERSPECTIVAS

O cenário para 2016 demanda extrema cautela, pois estamos no limiar de repetir no próximo ano os resultados de 2015, com uma série de agravantes que aumentam a sensibilidade dos indicadores macroeconômicos, principalmente àqueles ligados à inflação.

5.1.2 ATUAL CONTEXTO NACIONAL

Fechamos o contexto nacional de 2015 com:

- Inflação acima da meta determinada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional);

Política de Investimento 2016

- Taxa de juros (Selic 14,25% aa) que supera todas as projeções médias dos analistas consultados pelo Banco Central, através do Boletim Focus, devido às atitudes, ou a falta delas, por parte do Congresso Nacional para aprovar os ajustes fiscais proposto pelo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy;
- Elevações de custos de produção de diversos setores, representadas pelas correções de valores de combustíveis e energia elétrica;
- Crescimento econômico negativo, com projeções de queda de 3,10% no PIB de 2015 dando início a uma recessão na economia brasileira;
- Elevado déficit de conta corrente e o pior déficit comercial para novembro em 20 anos;
- Desvalorização cambial acelerada, com dólar médio a R\$ 3,95 até o início de novembro e se aproximando de R\$ R\$ 4,00 em dezembro;
- Queda na produção industrial de 7,50 % no acumulado do ano (projeção);
- Ibovespa com queda de 8,50% no acumulado do ano (2015);
- Preocupações sobre o impacto do acidente da Samarco e ao aumento da desconfiança dos investidores sobre uma potencial revisão do rating do país pela agencia de classificação de risco S&P.

Em meio à influência da dinâmica global sobre a economia brasileira, torna-se importante valer-se das perspectivas para economia do mundo todo em 2015 e 2016, o que corroboraria o quadro recessivo vivido pelo Brasil desde o início da década de 1990, o que, de certa maneira, atinge de forma mais adversa a indústria local, já que se instalou em vários setores de comércio e também de serviços. Portanto, reforçamos os cenários para o desempenho econômico global, divulgados pelo Fundo Monetário Internacional - FMI, em sua última edição, de outubro, através do relatório Word Economic Outlook (WEO).

A atual projeção do FMI estima uma expansão de 3,10% na economia global em 2015, com pequena queda em relação a projeção realizada em julho (0,20 pontos

percentuais). O cenário base desse organismo multilateral é pessimista, já que 2015 reflete a redução das projeções de crescimento para os dois principais grupos de economias. Para as economias desenvolvidas, a revisão foi, de 2,40% para 2,00%, enquanto para os emergentes, acrescidos pelos desenvolvidos, a projeção passou de 4,30% para 4,00%. No entanto, o primeiro grupo, dos desenvolvidos, continua registrando aceleração frente a 2014 e o segundo apresenta desaceleração, de 0,60 pontos percentuais.

A diferença percentual frente ao mês de julho é que, neste momento, o melhor desempenho das economias desenvolvidas não será suficiente para compensar a perda de ritmo dos emergentes e em desenvolvimento e, assim, puxar o crescimento mundial.

Ou seja, após dois anos sucessivos de aumento do seu dinamismo (com maior intensidade na passagem de 2013 para 2014), a economia mundial registrará, pela segunda vez após a crise financeira e econômica global de 2008, desaceleração. Já para o próximo ano, a previsão é de aceleração do crescimento para 3,6%, ao contrário do observado entre 2010 e 2012 (quando a desaceleração se estendeu por dois anos consecutivos). Mesmo que essa previsão se confirme, esse perfil de crescimento não suscita otimismo. Na realidade, ele sugere que, além das baixas de crescimento, o “novo normal” do pós-crise também se caracteriza por um padrão “stop and go”.

A deterioração da projeção de crescimento das economias avançadas decorreu das previsões menos otimistas para os Estados Unidos (+2%), Reino Unido (+2,5%) e o Japão (+0,6%) – que será novamente “a lanterna” nesse grupo (mas com desempenho positivo, ao contrário de 2014). Já no caso da área do euro, a expansão estimada manteve-se no mesmo patamar (+1,5%), mas com uma composição mais favorável (menor crescimento na Alemanha e maior dinamismo na Itália e Espanha). Melhor dizendo, pode-se afirmar que, pelo menos nessa região, que foi o elo mais frágil da economia global em vários momentos do pós-crise, o cenário atual é melhor do que o de julho.

Já no âmbito, especificamente, das economias emergentes, no cenário atual do FMI a assimetria se ampliou em relação a 2014 e ao cenário de julho. Considerando os principais países, a estimativa de crescimento em 2015 para a China continuou em 6,8% e para a Índia recuou ligeiramente entre julho e outubro (de 7,5% para 7,3%). Portanto, o ritmo de expansão indiano deve superar o chinês pela primeira vez desde 2010 quando esses dois países cresceram em torno de 10% sob o impulso das políticas anticíclicas adotadas em resposta ao efeito-contágio da crise global. Também chama atenção a manutenção da projeção para a China apesar da turbulência financeira entre julho e agosto, provocada pelo estouro da bolha acionária. Isto porque, de acordo com o FMI, a desaceleração desse país está em linha com suas previsões anteriores.

Em contrapartida, o FMI subestimou as repercussões sobre a economia global tanto dessa turbulência como da mudança na composição e do menor ritmo do crescimento chinês. Essas repercussões referem-se, sobretudo, ao impacto negativo sobre os preços das commodities e o volume do comércio mundial. No seu cenário atual, a cotação média das commodities agrícolas e metálicas deve recuar em torno de 17% e do petróleo mais que 45%, também como reflexo do excesso de oferta.

No conjunto das economias emergentes e em desenvolvimento, o impacto positivo dos menores preços das commodities sobre a inflação foi mais do que compensado pelo pass-through da depreciação cambial para os preços. Essa depreciação, por sua vez, foi mais intensa exatamente nos países cuja pauta exportadora está concentrada em commodities e que, conseqüentemente, sofreram uma deterioração mais forte dos termos de troca e um maior efeito-contágio da turbulência financeira na China.

As estimativas do Fundo Monetário Internacional para a economia global em 2015 e 2016 (%).

Política de Investimento 2016

	2015 (atual)	2015 (previsão de julho)	2016 (atual)	2016 (previsão de julho)
Mundo	3,1	3,3	3,6	3,8
Economias avançadas	2,0	2,1	2,2	2,4
EUA	2,6	2,5	2,8	3,0
Zona do euro	1,5	1,5	1,6	1,7
Alemanha	1,5	1,6	1,6	1,7
França	1,2	1,2	1,5	1,5
Itália	0,8	0,7	1,3	1,2
Espanha	3,1	3,1	2,5	2,5
Reino Unido	2,5	2,4	2,2	2,2
Japão	0,6	0,8	1,0	1,2
Mercados emergentes	4,0	4,2	4,5	4,7
Brasil	-3,0	-1,5	-1,0	0,7
Rússia	-3,8	-3,4	-0,6	0,2
Índia	7,3	7,5	7,5	7,5
China	6,8	6,8	6,3	6,3
México	2,3	2,4	2,8	3,0
África do Sul	1,4	2,0	1,3	2,1

Fonte: FMI e Valor Econômico

Além do desempenho do comércio mundial, a redução dos fluxos de capitais também contribuiu para a forte alta das taxas de câmbio e a deterioração das condições financeiras nessas economias. Os fluxos brutos iniciaram uma trajetória descendente em 2014 e atingiram no primeiro trimestre de 2015 seu menor patamar (em % do PIB) desde o segundo trimestre de 2009, quando os mercados financeiros globais ainda estavam na ressaca da crise financeira global.

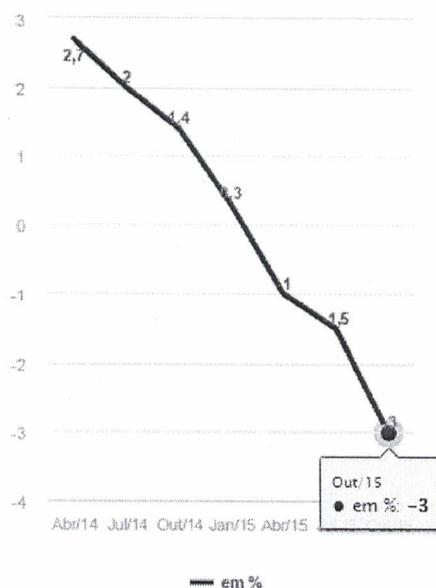
Essa deterioração reflete fatores externos (sobretudo as expectativas de alta da taxa de juros básica dos Estados Unidos e o contágio da turbulência financeira na China sobre várias economias emergentes), bem como internos às economias emergentes, como a inevitável desaceleração cíclica após a “double-speed recovery”, sob liderança desse país asiático, que sucedeu a crise global.

Nesse contexto financeiro internacional adverso, parece razoável supor que países como o Brasil, com alto grau de abertura financeira, mercados financeiros líquidos e profundos, déficit em transações correntes e problemas internos adicionais

(grave crise política e perda do grau de investimento numa das agências de classificação de risco de crédito), encontram-se especialmente vulneráveis.

Projeção do FMI para 2015

Previsão de cada boletim do fundo para PIB do Brasil



Fonte: Valor Econômico

As condições atuais do comércio mundial jogam contra uma retomada das exportações brasileiras que tanto contribuiria para a redução do déficit em conta corrente quanto para tirar a economia da recessão.

Dentre a série de motivos para tal, podemos citar os seguintes:

- Contração de renda disponível devido ao endividamento das famílias com a aquisição de bens de alto valor agregado e intensivos em crédito (ex. imóveis, automóveis e linha branca), incentivados pelo governo através de renúncias fiscais (redução de IPI) durante as crises de 2008 e 2011 de modo a estimular a demanda;
- Expectativas reduzidas de consumo por temores de piora do cenário econômico nos próximos 6 meses a 1 ano;
- Inflação elevada;

Este contexto leva ao que podemos chamar de efeito colateral do desemprego em queda, pois a redução do consumo devido aos motivos acima leva a um “represamento” da renda disponível.

Portanto, onde estaria represada esta renda? Podemos citar quatro fatores:

- Consumo de bens de baixo valor agregado;
- Consumo de serviços;
- Consumo de alimentos;
- Pagamento de dívidas;

Neste sentido, temos a explicação para parte da persistente alta da inflação, pois o consumo acima citado tem baixíssima aderência ao aperto monetário, ou seja, pouco sofre com a alta dos juros, principalmente os serviços, os quais apresentaram inflação acumulada em 12 meses de 8,28% no IPCA, contra 8,52% do índice cheio de outubro.

Com isso, o cenário para o fechamento de 2015 confirma as premissas de baixa atividade econômica, pressão de preços e juros altos.

5.1.3 ATUAL CONTEXTO INTERNACIONAL

Citaremos por alto o contexto internacional de 2015 exatamente por se distanciar do ocorrido no Brasil em diversos países chave do mundo, porém os desígnios de 2016 serão de suma importância para os rumos da economia brasileira no mesmo período.

Os EUA apresentaram em média um dos melhores desempenhos globais entre as economias centrais. A atividade econômica no país se mostra “moderada” segundo o *Federal Reserve*, porém o mesmo reforça a possibilidade do início do aperto monetário no próximo ano em confluência da melhora dos indicadores como um todo.

Política de Investimento 2016

Um dos principais indicadores nos EUA continua a ser o mercado de trabalho, onde o desemprego caiu de 5,7% em janeiro para 5,1% em agosto.

Um dos principais pares americanos, o Japão seguiu um plano de estímulos econômicos que também derrubou o desemprego de 4% em janeiro para 3,5% em novembro, algo significativo em termos japoneses, porém a persistente deflação, uma recessão técnica e o aumento de impostos levaram a recente dissolução do congresso, num movimento bem recebido pelos investidores como uma continuidade da busca por uma maior pressão de demanda.

Na Europa, a Alemanha e o Reino Unido continuam a serem os principais guias de uma tentativa de recuperação da ainda presente crise de 2010/2011. A sofrida Espanha conseguiu apresentar um crescimento de 1,6% no último PIB, o dobro da média da Zona do Euro, a qual atingiu 0,8%, enquanto a Alemanha apresentou crescimento de 1,8%, Reino Unido de 2,3% e as taxas de crescimento mais modestas ficaram com a Itália, que cresceu 0,8%, no último trimestre (set/2015) e França com 1,20%. O desemprego continua a ser o principal problema da região a ser sanado com urgência.

E por fim, os componentes dos BRICs também tiveram um 2015 sofrido devido à queda do preço internacional das *commodities*, porém com indicadores superiores ao Brasil, onde a Rússia caiu 4,10% na última medida do PIB (set/2015), a Índia cresceu 7,40% e a China, 6,90%, contra uma contração de 4,50% do Brasil. Portanto, contrariando a premissa governamental, não foi a crise internacional o maior problema para o país.

5.1.4 CENÁRIO 2016

Para 2015, reforçamos a premissa de uma melhora do contexto internacional, capitaneado pela recuperação contínua dos EUA, os esforços e estímulos reservados pelo BCE à Zona do Euro, o reforço do plano japonês de estímulo ao consumo e um contexto se desenhando de maneira um pouco mais confortável aos emergentes, apesar da ainda forte queda do preço das *commodities*, reforçada pela sinalização de um menor valor do petróleo da OPEP para os EUA em 2016.

Política de Investimento 2016

A China pode dar continuidade à queda de juros e estímulos ao setor imobiliário e industrial, principalmente por um custo de produção reduzido pela queda do preço internacional do aço. A questão climática continuará altamente em voga no mundo devido a todas as fortes distorções observadas em 2015, principalmente pelo forte impacto econômico já presente no globo.

Novamente nos EUA, o crescimento econômico e a recuperação da atividade industrial pós 2008 pode levar a um aumento de juros ainda no primeiro trimestre e o tamanho deste aperto tende a definir a tendência para o valor global do dólar, podendo ser muito positivo para economias como a Zona do Euro, Japão e China.

Em termos locais, a necessidade de reajustes da economia brasileira deve impedir que o país receba os bônus de uma possível continuidade da recuperação macroeconômica global e receba os ônus da valorização do dólar frente ao Real.

O malfadado Custo Brasil (infraestrutura ruim, juros altos, burocracia e matriz tributária altamente complexa) faz com que os pretensos ganhos do setor exportador com a desvalorização cambial se esvaíam e a falta de competitividade dificulte o encaixe de produtos nacionais vis-à-vis a nossos pares internacionais. Além disso, a forte dolarização da indústria nacional faz com que um Real mais fraco se traduza como inflação mais alta de maneira quase imediata.

Como não há perspectiva concreta de, ao menos, uma reforma tributária, a tendência é que continuemos num contexto de mercado internacional semelhante ao de 2015.

Localmente, mantemos as seguintes projeções:

INDICADOR	ANO	
	2015	2016
PIB	-3,19%	-2,04%

Política de Investimento 2016

JUROS (SELIC)	14,25%	14,13%
R\$/US\$	3,95	4,20
IPCA	10,38%	6,64%
IGP-M	10,77%	6,30%
INPC	10,39%	5,57%
PREÇOS ADM.	17,50%	7,08%
CONTA CORRENTE (US\$, bi)	-64,70	-39,68
BALANÇA COMERCIAL (US\$, bi)	15,00	31,68
IED (US\$, bi)	62,80	58,00
Produção Industrial	-7,50%	2,30%

Fonte das Projeções: Focus – BCB

O cenário de câmbio é o mais complexo, pois depende em grande parte da possibilidade de elevação de juros por parte do *Federal Reserve* e ao mesmo tempo, o fluxo de capital estrangeiro para o Brasil tende a se reduzir enquanto as notícias relacionadas à Petrobrás continuam em voga, o que deve se estender a praticamente todo do primeiro semestre.

Para o câmbio Real Dólar Americano, mantemos o seguinte cenário:



Fonte: 1 BCB / Proj. Boletim Focus

As premissas de atividade econômica para 2015 se assemelham muito às 2015, sem contar com o efeito, ainda não mensurado, em eventual impedimento da Presidente da República.

Os substitutos destes eventos serão:

- A necessidade de diversos ajustes por parte do governo, ainda não aprovado pelo Congresso Nacional;
- Redução de subsídios aos bancos públicos e de investimentos;
- Alteração no pagamento de pensões por morte e no seguro-desemprego;
- Fim do abono salarial;
- Retorno da CIDE;
- Aumento do IOF sob empréstimos;
- Retorno da CPMF.

Conforme citamos acima no efeito de “represamento” da renda, a tendência de uma persistência da inflação é grande e com isso o Banco Central deve operar de maneira mais comedida com relação ao aperto monetário. Tudo isso deixa muito pouco espaço para estímulos econômicos, que faz coerente a projeção de crescimento negativo da economia em 2016.

6. Limites para Alocação dos Recursos

A Resolução do CMN N° 3922/2010, define os Limites para Macro-Alocação das aplicações financeiras do PREV BOM JESUS, conforme tabela no item 7.2.

6.1 Renda Fixa

Nesta modalidade, estão presentes os Títulos de emissão do Tesouro Nacional, cujo risco é soberano, os Fundos de Investimentos, Depósitos em Poupança, os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) e as Operações

compromissadas. Abaixo apresentamos uma resumida explicação a respeito de cada um deles.

6.1.1 Títulos Públicos

Os títulos de emissão do Tesouro Nacional que compõem a carteira deverão ser registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) Conforme previsto na Resolução BACEN/CMN, N° 3922/2010, em seu artigo 7º, inciso I, alínea “a”, os recursos em moeda corrente do Instituto poderão ser alocados integralmente na modalidade de títulos públicos, desde que negociados em plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nas suas respectivas áreas de competência, admitindo-se ainda, aquisições em ofertas públicas do Tesouro Nacional por intermédio das instituições regularmente habilitadas, desde que possam ser devidamente comprovadas.

6.1.2 Operações Compromissadas com Títulos Públicos

Alocação em operações compromissadas até o limite de 15%, deverá ser lastreada exclusivamente pelos títulos definidos na alínea “a” do inciso I da resolução BACEN/CMN, N° 3922/2010, em seu artigo 7º.

6.1.3 F I exclusivo em Títulos Públicos Federais

As aplicações, em fundos de investimentos composto exclusivamente em títulos públicos federais, atenderão aos limites e diretrizes estabelecidas no Art. 7º Inciso I, letra “b”, da Resolução BACEN/CMN, N° 3922/2010. Os fundos classificados nessa classe devem ter, 100% do seu patrimônio líquidos representados, isolada ou cumulativamente, por: títulos de emissão do Tesouro Nacional.

6.1.4 F I Renda Fixa ou Referenciados em Indicadores de Renda Fixa

As aplicações em fundos de investimentos de Renda Fixa ou Referenciados em Indicadores de Renda Fixa deverão ser lastreados em índices Anbima (IMA ou IDkA) e até 50% em títulos privados e atenderão aos limites e diretrizes estabelecidos no Art. 7º, Inciso III, da Resolução CMN 3922/2010.

6.1.5 F I em Indicadores de Renda Fixa

Concentração de 30% nas aplicações em fundos de investimentos deverão atender os limites e diretrizes estabelecidos no art. 7º, Inciso IV, da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010. Os fundos classificados dessa classe caracterizam-se por ter suas carteiras representadas em até 50% em títulos privados.

6.1.6 F I em Direitos Creditórios em Condomínio Aberto

As aplicações em fundos de investimentos atenderão aos limites e diretrizes estabelecidos no Art. 7º Inciso VI, da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010. Os FIDCs, também conhecido como Fundos de Recebíveis, foram criados com o objetivo de dar liquidez ao Mercado de crédito, reduzindo o risco e ampliando a oferta de recursos. Observar os limites de alocação, conforme parágrafo 5º do referido artigo supra, e a classificação do risco determinada por uma agencia classificadora de *Rating*.

6.1.7 F I em Direitos Creditórios em condomínio Fechado

As aplicações em fundos de investimentos atenderão aos limites e diretrizes estabelecidos no Art. 7º Inciso VII, letra “a” da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010. Fundo fechado: o condomínio cujas cotas somente são resgatadas ao término do prazo de duração do fundo ou de cada série ou classe de cotas, conforme estipulado no regulamento, ou em virtude de sua liquidação, admitindo-se, ainda, a amortização de cotas por disposição do regulamento ou por decisão da assembleia geral de cotistas.

6.1.8 F I RF ou referenciados em indicadores de RF Crédito Privado

Concentração de 5% nas aplicações em fundos de investimentos deverão atender os limites e diretrizes estabelecidos no art. 7º, Inciso IV, letra “b”, da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010. Os fundos classificados nessa classe caracterizam-se por ter sua carteira indicadores de renda fixa em Crédito Privado.

6.2 Renda Variável

Nesta modalidade, estão presentes os Fundos de Investimentos em Ações, Fundos Imobiliários, Fundos em Participações (fechado), e Fundos Multimercados

(abertos), cuja a volatilidade é acentuada e se faz necessária uma gestão ativa e profissional para aproveitar as oportunidades do mercado. Abaixo apresentamos uma resumida explicação a respeito de cada um deles.

6.2.1 FI Referenciados em Ações

As aplicações em fundos de investimentos referenciados classificados como ações, atenderão aos limites e diretrizes estabelecidos no art. 8º, inciso I, da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010. São classificados na categoria os Fundos que identifiquem em sua política de investimentos indicador de desempenho vinculado aos índices: Ibovespa, IBrX ou IBrX-50.

6.2.2 Fundos de Índices Referenciados em ações

As aplicações em fundos de investimentos de ações, atenderão aos limites e diretrizes estabelecidos no art. 8º, Inciso II, da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010.

6.2.3 Fundos de Investimentos Multimercados (abertos)

As aplicações em fundos de investimentos de ações, atenderão aos limites e diretrizes estabelecidos no Art. 8º, Inciso IV, da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010. Os fundos classificados nessa classe devem possuir investimentos que envolvam vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em qualquer fator em especial ou em fatores diferentes das demais classes de ativos previstas na classificação dos fundos de investimento. O grande atrativo desses fundos é não só a sua flexibilidade para a aplicação em diferentes tipos de ativos, tais como ações, juros, moedas e derivativos, mas, também, os diferentes estilos de estratégia de gestão desses ativos que podem ser utilizados.

6.2.4 Fundos de Investimentos em Participações (FIP)

Os FIPs são fundos constituídos sob a forma de condomínio fechado e destinam-se à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em papéis de companhias abertas ou fechadas. A estruturação dos FIPs, regulamentada pela Instrução 391 da CVM. Característica marcante é a exigência legal de participação efetiva dos FIPs na definição da política estratégica e de gestão das companhias investidas, o que

traz ao investidor a segurança de que os recursos aportados serão utilizados de acordo com diretrizes pré-definidas, atende as diretrizes e os limites estabelecidos no art. 8º, Inciso V, da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010;

6.2.5 Fundo Imobiliário

O Fundo de investimento imobiliário é uma comunhão de recursos, captados por meio do sistema de distribuição de valores mobiliários e destinados à aplicação em empreendimentos imobiliários. Somente poderá ser adquirida cotas de Fundos negociadas em Bolsa de Valores, atende o Art 8º, inciso V, da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010

6.3 Imóveis

As alocações no segmento de imóveis serão efetuadas exclusivamente com os terrenos ou imóveis vinculados ou a serem vinculados por lei ao regime próprio de previdência social, conforme Art. 9º e parágrafo único da Resolução CMN 3922/2010.

6.4 Limites para Emissão ou Coobrigação de Uma Mesma Pessoa Jurídica

As aplicações em quaisquer títulos ou valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de sua controladora, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não podem exceder, no seu conjunto, 50% (Cinquenta por cento) dos recursos em moeda corrente do RPPS, aí computados não só os objetos de compra definitiva, mas, também, aqueles objetos de empréstimo e de operações compromissadas e os integrantes das carteiras dos fundos de investimentos que componha a carteira de investimentos do instituto.

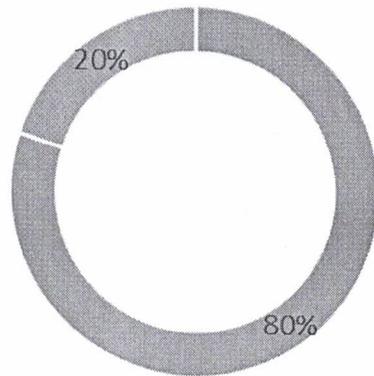
7. Carteira Prevista de Investimentos – 2016

Apesar do seu déficit atuarial, o PREV BOM JESUS optou por uma gestão com perfil mais MODERADO.

7.1 Macro Alocação

Na alocação macro ficam definidos para o ano de 2016, os limites de 80% para Renda Fixa e de até 20% para Renda Variável.

Política de Investimento 2016



■ Renda Fixa ■ Renda Variável

7.2 Micro Alocação Projetada

Abaixo, segue quadro demonstrativo da Micro Alocação atual dos recursos

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - RESOLUÇÃO CMN nº 3.922/2010		
Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos Recursos	
	Limite da Resolução (%)	Limite de Alocação (%)
Renda Fixa - Art. 7º		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7, I, "a"	100	0
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100	100
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15	0
FI Renda Fixa/Referenciado RF - Art. 7º, III	80	80
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	30	30
Poupança - Art. 7º, V	20	0
FI em Direitos Creditórios - Aberto - Art. 7º, VI	15	0
FI em Direitos Creditórios - Fechado - Art. 7º, VII, "a"	5	0
FI em Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	5	0
Renda Variável - Art. 8º		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30	15
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20	15
FI em Ações - Art. 8º, III	15	10
FI Multimercado - Aberto - Art. 8º, IV	5	0
FI em Participações - Fechado - Art. 8º, V	5	0
FI Imobiliário - Cotas negociadas em Bolsa - Art. 8º, VI	5	0
Total		250

Após descontado o limite do Art. 7º,II,III,IV,VII a e b, quando alocado

Não superando o limite de 30% em Renda Variável

7.2.1 Projeção de rentabilidade da Micro Alocação

Os recursos financeiros administrados pelo RPPS deverão ser aplicados de forma a buscar no longo prazo um retorno superior ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acrescido de uma taxa de juros de 6,00% a.a.,

Política de Investimento 2016

observando-se sempre a adequação do perfil de risco dos segmentos de investimento. Além disso, devem ser respeitadas as necessidades de mobilidade de investimentos e de liquidez adequadas ao atendimento dos compromissos previdenciários e atuariais.

Com base nas determinações da Portaria MPS nº 170, de 26 de abril de 2012, alterada pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, foi instituído o Comitê de Investimentos no âmbito do RPPS, com a finalidade de participar no processo decisório quanto à formulação e execução da política de investimentos, resgates e aplicações dos recursos financeiros resultantes de repasses de contribuições previdenciárias dos órgãos patrocinadores, de servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como de outras receitas do RPPS.

7.2.2 Resumo do Cálculo Atuarial

IDADE MÉDIA DOS SERVIDORES ATIVOS	42 anos (feminino), 46 anos (masculino)
SERVIDORES ATIVOS	636
SERVIDORES INATIVOS	70
PENSIONISTAS	24
TOTAL	730
Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	25.872.226,05
Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	21.447.767,31
ATIVO (Dezembro 2013)	29.073.080,99
COMPREV	5.819.899,39
RESERVA MATEMÁTICA (DÉFICIT)	-13.695.017,49

7.3 Enquadramento

De acordo com a resolução CMN 3922/10, a parcela de investimentos em Renda Fixa, que no caso do PREV BOM JESUS será de no mínimo de 70% dos recursos,

terá como parâmetro de rentabilidade Índice de Mercado Andima (IMA) Geral. Na Renda Variável a carteira devera buscar fundos que utilizam como parâmetro de rentabilidade o Ibovespa ou um de seus sub índices quando aprovado limites para o segmento.

O Instituto por sua diretoria executiva procederá a acompanhamento no mercado financeiro buscando alternativas de diversificação para enquadramento respeitando os limites legais e buscando alcançar a meta de rentabilidade estabelecida nesta política.

7.4 Cenários dos Retornos Esperados

A Diretoria Executiva do PREV BOM JESUS, após análise das perspectivas internacionais e nacionais, vislumbra os seguintes cenários de retorno do investimento:

Nos cenários apresentados, consideramos uma expectativa de rentabilidade de 13,94% para carteira global do PREV BOM JESUS, superando a Meta Atuarial projetada em 13,04%, conforme o quadro de projeções para 2016. Este resultado será possível com a diversificação que o PREV BOM JESUS promoverá na implantação da presente política de investimentos. Contudo, é importante ressaltar que o quadro acima reflete as expectativas de mercado no intervalo de 1 (um) ano, de janeiro a dezembro, e terá que adequar o portfólio do PREV BOM JESUS à política a fim de que os resultados esperados possam concretizar-se.

8. Vedações

- Aquisição de títulos públicos federais que não sejam registrados na SELIC;
- Aplicar recursos em cotas de fundos de investimento, cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;
- Realizar operações denominadas Day trade nas negociações com ativos de renda fixa ou renda variável;

- Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundos de investimentos cuja carteira contenha, direta ou indiretamente, direitos creditórios em que o ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aceite, aval ou coobrigação sob qualquer outra forma;
- Adquirir cotas de FIDC (Fundo de investimento em direitos creditórios) não padronizados;
- Praticar as operações denominadas Day trade, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o regime próprio possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo, quando se tratar de negociações de títulos públicos federais realizadas diretamente pelo regime próprio de previdência social;
- Atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na resolução CMN 3922/10;
- Outras modalidades expressamente vedadas nesta Política de Investimentos.

9. Controles de Riscos

O Gerenciamento do risco será avaliado pela metodologia do (VaR), Nível Máximo de Valor em Risco, com 95% de confiabilidade. O PREV BOM JESUS por sua diretoria executiva fará o acompanhamento dos riscos de mercado, de liquidez e de crédito.

9.1 Risco de Mercado

O risco de mercado depende do comportamento do preço do ativo em função das condições de mercado. Para entender e medir possíveis perdas devido às flutuações do mercado, seria importante identificar e quantificar fatores que impactam a dinâmica do preço ativo. Pode ser subdividido em algumas grandes áreas, como acionárias, câmbio, juros e mercadorias (*commodities*).

O controle de risco de mercado é feito com base nos limites estabelecidos na legislação aplicável e complementado nessas diretrizes de investimento. O risco de mercado é estimado, empregando-se determinadas medidas estatísticas de probabilidade e correlação para calcular os riscos de cada instrumento e agregá-los para o cálculo de risco de uma carteira. Essas medidas são, basicamente, o desvio-padrão dos ativos e as variâncias e covariâncias, como medidas de correlação entre os retornos dos ativos da carteira.

9.2 Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser definido como o risco de perdas devido à incapacidade de desfazer rapidamente uma posição, ou obter financiamento, devido às condições de mercado. Como exemplos de risco de liquidez podem-se mencionar as operações com carteiras de Eurobonds brasileiros, ações de segunda e terceira linhas, alguns contratos futuros negociados na BM&F etc.; outros ajustes de margem que venham a consumir a liquidez da instituição.

9.3 Risco de Crédito

O risco de crédito está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honrar seus compromissos. Perdas, neste contexto, correspondente aos recursos que poderão não ser recebidos. Quando uma empresa sofre redução do seu *rating* de crédito, a elevação do seu risco percebido é notada e o valor dos seus papéis negociados em mercados secundários é reduzido, em decorrência da elevação da taxa de desconto dos títulos. A deterioração do crédito pode provocar perdas, ainda que a situação de inadimplência não tenha se verificado de fato.

9.4 Risco de Descasamento (Ativo / Passivo)

Para que os retornos esperados se concretizem é necessário o acompanhamento do desempenho das aplicações selecionados pelos Gestores do RPPS. Para tanto, a empresa de consultoria fará a medição dos resultados, utilizando as informações atuariais para o casamento entre o passivo e o ativo, priorizando a liquidez, risco e retorno dos investimentos do Instituto.

10. Critérios de Avaliação de Aplicações e Resgates

10.1 Critério de Avaliação para Aplicação

Na aplicação dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social em títulos e valores mobiliários, conforme disposto nos Art 7º, 8º e 9º da Resolução 3922/2010, o responsável pela gestão deverá aplicar o processo de habilitação para credenciamento padrão AMBIMA e observar os critérios desta Política de Investimento, conforme item 4, apontando elevado padrão técnico e transparência como referência, antes do efetivo fechamento da operação. Observar ainda os seguintes pontos em relação aos fundos:

Para cotas de fundos de investimentos abertos se faz necessário ter um patrimônio acima de R\$ 10.000.000,00 (trinta milhões de reais) e a rentabilidade apresentada em um período mínimo de 12 (doze) meses, devesse ter alcançado no mínimo 100% (cem por cento) da taxa de meta atuarial (TMA);

Para os fundos de investimentos Fechados deverá possuir um patrimônio acima de R\$ 10.000.000,00 (trinta milhões de reais) e a rentabilidade anual acima da taxa de meta atuarial (TMA).

10.2 Critério de Avaliação para Resgate

Os recursos do Regime Próprio de Previdência Social aplicados no mercado financeiro, que estejam em desacordo com o estabelecido na Resolução 3922/2010, desenquadrado com esta Política de Investimentos e/ou com rentabilidade abaixo das expectativas nas avaliações e análises efetuadas pelo comitê de investimentos, poderão ser realocados, dentro dos critérios do mercado financeiro, a fim de preservar o capital investido do Instituto e a superação da sua meta atuarial (TMA).

11. Critérios de Avaliação e Acompanhamento dos Investimentos

A avaliação de desempenho do PREV BOM JESUS será feita pelo Conselho Municipal de Previdência e Comitê de Investimentos, juntamente com a Diretoria Executiva, mensalmente, elaborando relatórios mensais e trimestrais detalhados,

© PREV BOM JESUS – Instituto de Previdência Dos Servidores Públicos do Município de Bom Jesus dos Perdões - SP. Esta publicação é de propriedade de PREV BOM JESUS – Instituto de Previdência Dos Servidores Públicos do Município de Bom Jesus dos Perdões - SP e é de uso exclusivo de nossos clientes, seus respectivos consultores de investimentos e terceiros interessados. Esta publicação não deve ser enviada a qualquer outra pessoa. O conteúdo deste material não poderá ser reproduzido ou utilizado sob qualquer forma sem a nossa expressa autorização.

ao final de cada período a que se referir, sobre a rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas pelo PREV BOM JESUS. Semestralmente, no mínimo, elaborar o relatório de avaliação do desempenho, adotando de imediato, medidas cabíveis no caso da constatação de *performance* insatisfatória.

12. Disposições Gerais

Atendendo ao Art. 4º resolução 3922/2010, o relatório da política de investimentos e suas revisões, a documentação que os fundamente, bem como as aprovações exigidas, deverão permanecer à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e controle pelo prazo de 10 (dez) anos.

12.1 Vigência

O prazo de vigência desta Política de Investimentos compreende o período de 12 (doze) meses a partir da sua publicação até 31/12/2016.

12.2 Reavaliações

As aplicações que não estiverem claramente definidas nesse documento, e que não estiverem de acordo com as diretrizes de investimento ou em conformidade com a legislação aplicável em vigor, deverão ser levadas ao Conselho Municipal de Previdência e Comitê de Investimentos para devida avaliação.

A política de investimentos foi desenvolvida, considerando as projeções macro e microeconômicas no intervalo de doze meses e poderá, JUSTIFICADAMENTE, ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao comportamento da conjuntura do mercado ou a nova legislação.

12.3 Formas de Divulgação

As informações contidas na política anual de investimentos e suas revisões deverão ser disponibilizadas pelos responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social aos seus segurados e pensionistas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua aprovação, através da web site, diário oficial, mural, ou outras formas de divulgação do PREV BOM JESUS.

12.4 Responsabilidade do Gestor de Investimentos

O responsável pela gestão dos recursos do RPPS deverá ser pessoa física vinculada ao ente federativo e a unidade gestora do regime como servidor titular de cargo efetivo, apresentado formalmente designado para a função por ato da autoridade competente. Deverá ter sido aprovado em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no Mercado brasileiro de capitais. Assinará, conjuntamente com o Presidente do PREV BOM JESUS, nas decisões de alocações dos recursos financeiros.

12.5 Disposições Gerais

A presente Política de Investimentos está baseada nas avaliações do cenário econômico para o ano de 2016, tendo-se utilizado, para tanto, dados e cenários constantes do Relatório de Inflação, publicação do Comitê de Política Econômica – COPOM e o Relatório de Mercado – FOCUS, O Boletim Focus é um informe que relata as projeções do mercado com base em consulta a aproximadamente 100 (cem) instituições financeiras, e é divulgado semanalmente.

As disposições gerais completam os quesitos para o encerramento da Política de Investimentos. Destaca-se que esta política anual de investimentos dos recursos do regime próprio de previdência social do PREV BOM JESUS e suas revisões deverão ser aprovadas pelo órgão superior competente, antes da sua implantação. Justificadamente, a política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou à nova legislação, conforme prevê a Resolução CMN 3.922/2010”.

A documentação comprobatória desta política anual de investimentos deverá permanecer à disposição dos órgãos de supervisão competentes.

Igualmente, estes respectivos documentos devem ser disponibilizados aos seus segurados e pensionistas juntamente com as respectivas revisões, no prazo de trinta dias, contados da data da sua aprovação.

É parte integrante desta Política de Investimentos cópia da Ata do comitê gestor de investimentos, que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros.

12.6 Deliberações da Diretoria Executiva

→ A Política de Investimentos terá vigência por um ano, após devidamente aprovada pelo Conselho Municipal de Previdência e Comitê de Investimentos do PREV BOM JESUS e sua Direção Executiva, mantendo as premissas básicas de curto/médio prazo;

→ O planejamento da política de investimento foi realizado, considerando as projeções macro e microeconômicas no intervalo de doze meses;

→ Revisões extraordinárias deverão ser justificadas, aprovadas e publicadas, quando houver necessidade de ajustes perante o comportamento/conjuntura do mercado e/ou alteração da legislação;

→ Esta política de investimentos será disponibilizada na íntegra por meio eletrônico, no site da municipalidade e no átrio do Paço Municipal, no máximo 30 (trinta) dias após a sua aprovação;

→ Durante o ano de 2016 deverão estar certificados os responsáveis pelo acompanhamento e operacionalização dos investimentos do RPPS, através de exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo abrangerá, no mínimo, o contido no anexo a Portaria MPAS nº 519, de 24 de agosto de 2011.

A comprovação da certificação, ocorrerá mediante o preenchimento dos campos específicos constantes do DPIN – Demonstrativo da Política de Investimentos e do DAIR – Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos;

→ As Instituições Financeiras que operem e que venham a operar com o PREV BOM JESUS poderão, a título institucional, oferecer apoio técnico através de cursos, seminários e workshops ministrados por profissionais de mercado e/ou

Política de Investimento 2016

funcionários das Instituições para capacitação de servidores e membros dos órgãos colegiados;

→ Casos omissos nesta Política de Investimentos remetem-se à Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, e as Portarias MPS nº 519/11 e 440/13 do MPS.

→ Fazem parte integrante desta Política de Investimentos, cópia da Ata do Conselho Municipal de Previdência e Comitê de Investimentos que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros e os anexos relacionados abaixo:

Anexo I: Ata reunião do Colegiado em 18/12/2015.

Anexo II: DPIN – Demonstrativo da Política de Investimentos.

Anexo III: Questionário Padrão *Due Diligence* Seção I padrão AMBIMA; Questionário Padrão *Due Diligence* Seção II padrão AMBIMA; Questionário Padrão *Due Diligence* Seção III padrão AMBIMA.

Anexo IV: Portaria N° 300 – que Altera a Portaria MPS/GM nº 519, de 24 de agosto de 2011, que dispõe sobre as aplicações dos recursos financeiros dos RPPS instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para definir regras sobre classificação como investidor qualificado e investidor profissional e parâmetros sobre o credenciamento de instituições, e a Portaria MPS/GM nº 204, de 10 de julho de 2008, que dispõe sobre a emissão do CRP, para prorrogar o prazo de envio do DRAA, no exercício de 2015.

12.7 Deliberações dos Membros do Conselho Municipal de Previdência e Comitê de Investimentos

CAP – Conselho Administrativo de Previdência



José Natalino Santos de Oliveira

Superintendente do PREV BOM JESUS

Comitê de Investimentos



José Natalino Santos de Oliveira

Membro



João Adilson de Paiva

Membro



Vanda Lucia R. Siedlarczyk

Membro



DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1. ENTE	
Nome:	Prefeitura Municipal de Bom Jesus dos Perdões / SP
Endereço:	Rua Joaquim Rodrigues dos Santos, 790
Bairro:	Cidade Nova
Telefone:	(011) 4891-1677
CPF:	52.359.692/0001-62
Complemento:	12955-000
CEP:	fps@bjperdoes.sp.gov.br
E-mail:	fps@bjperdoes.sp.gov.br
Fax:	(011) 4012-7700
2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE	
Nome:	Eduardo Henrique Massei
Cargo:	Prefeito
E-mail:	gabinete@bjperdoes.sp.gov.br
CPF:	023.010.038-41
Complemento do Cargo:	
Data Início de Gestão:	01/01/2013
3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF	
Nome:	Instituto de Prev. Serv. Públi. Mun. B. J. Perdões
Endereço:	Rua Joaquim Rodrigues dos Santos, 790
Bairro:	Cidade Nova
Telefone:	(011) 4891-1677
CPF:	10.642.943/0001-71
Complemento:	12955-000
CEP:	fps@bjperdoes.sp.gov.br
E-mail:	fps@bjperdoes.sp.gov.br
Fax:	
4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA	
Nome:	José Natalino Santos de Oliveira
Cargo:	Membro do Conselho
Telefone:	(011) 4891-1677
CPF:	063.800.068-85
Complemento do Cargo:	Superintendente
E-mail:	josenatalino.oliveira@bol.com.br
Fax:	
Data Início de Gestão:	28/01/2015
5. GESTOR DE RECURSOS	
Nome:	José Natalino Santos de Oliveira
Cargo:	Membro do Conselho
Telefone:	(011) 4891-1677
CPF:	063.800.068-85
Complemento do Cargo:	Superintendente
E-mail:	josenatalino.oliveira@bol.com.br
Fax:	
Entidade Certificadora:	Ambima
Data Início de Gestão:	28/01/2011
Validade Certificação:	15/10/2018
6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO	
Nome:	José Natalino Santos de Oliveira
Telefone:	(011) 4891-1677
Data de envio:	13/01/2016
CPF:	063.800.068-85
E-mail:	josenatalino.oliveira@bol.com.br
Fax:	

7. DEMONSTRATIVO

CPF: 063.800.068-85

Exercício: 2016 Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos: José Natalino Santos de Oliveira

Data da Elaboração: 18/12/2015 Data da ata de aprovação: 18/12/2015

Órgão superior competente: Conselho Administrativo e Comitê de Investimentos

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Indexador: IPCA Taxa de Juros: 6,00 %

Divulgação/Publicação: (X) Meio Eletrônico (X) Impresso

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	100,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	100,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	15,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, a	80,00	80,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, a	30,00	30,00
Poupança - Art. 7º, V, a	20,00	20,00
FI em Direitos Creditórios - Aberto - Art. 7º, VI	15,00	10,00
FI em Direitos Creditórios - Fechado - Art. 7º, VII, a	5,00	2,50
FI Renda Fixa Crédito Privado - Art. 7º, VII, b	5,00	2,50
Renda Variável - Art. 8º		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	30,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	20,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	15,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	5,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	5,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	5,00
Total		440,00

Declaro que o valor excedido do limite do somatório dos Segmentos "Renda Fixa" e "Renda Variável", está compatível com a Política de Investimentos aprovada pelas instâncias competentes e consolidada neste Demonstrativo, conforme documentos arquivados

Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

Os cenários de investimentos foram traçados a partir das perspectivas para o quadro internacional, da análise do panorama político e da visão para a condução da política econômica e do comportamento das principais variáveis econômicas, tendo como referência as projeções macroeconômicas divulgadas pelo Banco Central do Brasil. O cenário para 2016 demanda extrema cautela, pois estamos no limiar de repetir no próximo ano os resultados de 2015, com uma série de agravantes que aumentam a sensibilidade dos indicadores macroeconômicos, principalmente àqueles ligados à inflação. Em meio à influência da dinâmica global sobre a economia brasileira, torna-se importante valer-se das perspectivas para economia do mundo todo em 2015 e 2016, o que corroboraria o quadro recessivo vivido pelo Brasil desde o início da década de 1990, o que, de certa maneira, atinge de forma mais adversa a indústria local, já que se instalou em vários setores de comércio e também de serviços. Portanto, reforçamos os cenários para o desempenho econômico global, divulgados pelo Fundo Monetário Internacional – FMI, em sua última edição, de outubro, através do relatório World Economic Outlook (WEO).

Objetivos da gestão

Garantir, além da rentabilidade, a solidez, a liquidez e a segurança necessária à aplicação dos recursos financeiros do RPPS e de seu equilíbrio financeiro e atuarial. A versão da Política de Investimentos adotada pelo RPPS compreende como um instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos no decorrer do tempo e visa à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro entre os seus ativos e passivos. A gestão da alocação para o exercício de 2016 entre os Segmentos, tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do RPPS, através da superação da Taxa da Meta Atuarial (TMA), que é igual à variação do INPC + 6.00% a.a. calculada pelos dias úteis do mês, base aproximada de 252 dias úteis no ano, para evitar distorções com as análises e comparações de rentabilidade dos ativos que compõe a carteira. Além disso, ela complementa a alocação estratégica, fazendo as rotações táticas necessárias para adaptar a alocação de ativos às mudanças no mercado financeiro.

Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos

INVESTIMENTOS: Na aplicação dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social em títulos e valores mobiliários, conforme disposto nos artigos 7º, 8º e 9º da Resolução 3922/2010, o responsável pela gestão deverá aplicar o processo de habilitação para credenciamento padrão AMBIMA e observar os critérios desta Política de Investimento, conforme item 4, adotando elevado padrão técnico e transparência como referência, antes do efetivo fechamento da operação.

DESINVESTIMENTOS: Os recursos do Regime Próprio de Previdência Social aplicados no mercado financeiro, que estejam em desacordo com o estabelecido na Resolução 3922/2010, desenquadrado com esta Política de Investimentos e/ou com rentabilidade abaixo das expectativas e análises efetuadas pelo comitê de investimentos, poderão ser realocados, dentro dos critérios do mercado financeiro, a fim de preservar o capital investido do Instituto e a superação da sua Taxa da Meta Atuarial (TMA).

Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável

A escolha das instituições financeiras gestoras de recursos, via Fundos de Investimentos Financeiros abertos e das instituições intermediadoras, as quais deverão, obrigatoriamente, operar no mercado financeiro com autorização do Banco Central (BACEN) e/ou da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), deverão estar credenciados junto ao RPPS, de acordo com o Processo de habilitação para Credenciamento e Seleção de Gestores, implantada pela Diretoria Executiva em conjunto com o Conselho Municipal de Previdência e Comitê de Investimentos, tendo os seguintes critérios básicos: • Histórico e características da empresa e dos controladores, levando em consideração a tradição e idoneidade da mesma; • Estrutura de gestão de recursos segregada de outras áreas com atividades conflitantes; Fornecimento de relatórios e informações para o RPPS; Processo de Risk Management; • Corpo de profissionais especializados na gestão de recursos de terceiros e turnover; • Especialização para atuação em diversos mercados (RF e RV); • Controle de risco interno; • Avaliação da performance análise de rentabilidade e risco dos seus respectivos fundos; • Total de recursos administrados; • Parcela de recursos administrados correspondentes a investidores institucionais; • Taxas de administração propostas. Os investimentos serão definidos com base na avaliação risco / retorno / liquidez no contexto do portfólio global do mercado. Para investimentos em fundos abertos de Renda Fixa, será usado preferencialmente o Índice de Mercado Andima (IMA) e seus sub índices, como parâmetro de rentabilidade e levando-se em consideração as notas técnicas emitidas pela diretoria executiva, justificando as alocações, sendo considerado a expertise e o desempenho do gestor escolhido, avaliando o seu histórico na gestão de recursos, pela Diretoria Executiva e Colegiado. Para os fundos de Renda Variável, a rentabilidade dos mesmos, será avaliada pelos índices escolhidos: Ibovespa, IBRX e IBRX-50.

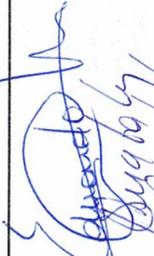
Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos.

Os investimentos serão definidos com base na avaliação risco / retorno / liquidez no contexto do portfólio global do mercado. Para investimentos em fundos abertos de Renda Fixa, será usado preferencialmente o Índice de Mercado Andima(IMA) e seus sub índices, como parâmetro de rentabilidade e levando-se em consideração as notas técnicas emitidas pela diretoria executiva, justificando as alocações, sendo considerado a expertise e o desempenho do gestor escolhido, avaliando o seu histórico na gestão de recursos, pela Diretoria Executiva e Colegiado. Para os fundos de Renda Variável, a rentabilidade dos mesmos, será avaliada pelos índices escolhidos: Ibovespa, IBRX e IBRX-50.

Observações

Revisões extraordinárias deverão ser justificadas, aprovadas e publicadas, quando houver necessidade de ajustes perante o comportamento /conjuntura do mercado e/ou alteração da legislação Gestores externos contratados: Instituições Financeiras habilitadas mediante credenciamento, de acordo com a Portaria MPS 440/13.
SALIENTAMOS QUE NOSSA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS É "ABERTA" COM OS PERCENTUAIS DE ALOCAÇÕES "ATÉ XX%" DENTRO DOS LIMITES ESTABELECIDOS NA RESOLUÇÃO 3922/10

Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes

Representante Legal do Ente:	023.010.038-41 - Eduardo Henrique Massei	Data: <u>19/01/16</u>	Assinatura: 
Representante Legal da Unidade Gestora:	063.800.068-85 - José Natalino Santos de Oliveira	Data: <u>19/01/16</u>	Assinatura: 
Gestor de Recurso RPPS:	063.800.068-85 - José Natalino Santos de Oliveira	Data: <u>19/01/16</u>	Assinatura: 
Responsável:	063.800.068-85 - José Natalino Santos de Oliveira	Data: <u>19/01/16</u>	Assinatura: 